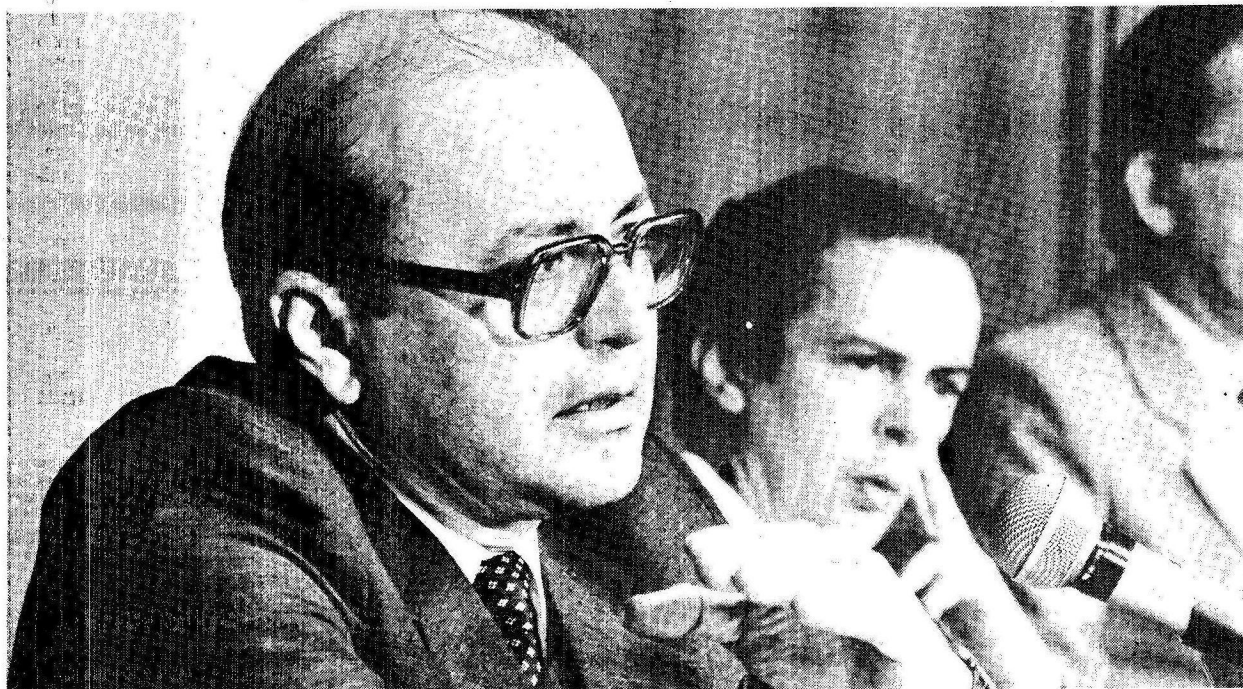


Mailson tentará acelerar acordo com credores

O ministro leva em sua bagagem o plano de ajuste em que a economia cresce 4% este ano



O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, explicou aos empresários de São Paulo o plano de ajuste interno

Na bagagem que o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, leva amanhã à noite aos Estados Unidos está o plano de ajuste interno da economia que será apresentado aos bancos credores do Brasil e às autoridades norte-americanas. O objetivo é um só: fechar acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Neste plano constam alguns números fundamentais: crescimento da economia este ano de aproximadamente quatro por cento e déficit público pouco acima de quatro por cento do Produto Interno Bruto (PIB) também este ano.

O principal dado que Mailson da Nóbrega irá apresentar será mesmo o da previsão do déficit público de pouco mais de quatro por cento do PIB. Ele dirá aos credores que conseguirá atingir a meta em função do congelamento dos salários dos servidores públicos das administrações direta e indireta — isto acarretará em economia de 1,1 por cento do PIB — e da suspensão dos empréstimos aos estados e municípios, com mais um por cento, além de mais 0,4 por cento do PIB com o cancelamento dos empréstimos às estatais.

Um dado novo que Mailson da Nóbrega leva aos credores é o início da redução do subsídio ao trigo, desta vez definitivamente. O processo de corte dos subsídios pagos ao produtor brasileiro começa amanhã. No próximo ano o subsídio ao trigo não mais existirá, garantirá o ministro aos credores e indicará um número correspondente à economia de recursos.

dado não divulgado por sua assessoria.

O crescimento da economia, de aproximadamente quatro por cento este ano significa um Produto Interno Bruto de Cz\$ 70 trilhões, já contando com uma inflação de 600 por cento em 88. A inflação é muito alta, mas se o déficit público estiver sob controle os credores ficarão satisfeitos, comentou um assessor de Mailson da Nóbrega.

No caso dos salários, o plano de ajuste do ministro brasileiro prevê, como já foi feito, o congelamento da Unidade de Referência de Preços (URP) para os salários dos servidores públicos por dois meses e a livre negociação para o setor privado. Neste segundo ponto (política salarial do setor privado), depende, no entanto, de decisão política do presidente José Sarney, ficando na dependência disto quando o plano for apresentado aos credores.

Para os servidores públicos o Governo pretende pagar o que deixará de reajustar nos salários a partir de junho, se o caixa do Tesouro permitir. Isto se a arrecadação aumentar significativamente. A outra alternativa é o pagamento na data-base de cada categoria. Para o setor privado, o fim da URP se concretizará com o estabelecimento da livre negociação.

Na área de preços, Mailson da Nóbrega apresentará aos credores uma idéia que ele defende há muito tempo: a liberação, ao máximo, dos preços de produtos "competitivos" e o menor controle possível dos demais. No caso específico das tarifas públicas, para não causar defasagens, os reajustes segul-

hão, sempre, a variação da inflação e em alguns casos terão reajustes reais.

Esta política de preços para o setor público livrará o Governo de mais gastos subsidiando preços. Os reajustes de acordo com a inflação, aliás, estão sendo praticados desde o final do ano passado quando o Governo começou a reduzir a defasagem nos seus preços.

PRIVATIZAÇÃO

Mailson da Nóbrega leva, também, mais um forte argumento para convencer os banqueiros e ao próprio Fundo Monetário a fecharem acordo já. É o processo de privatização de estatais brasileiras que "pesam" no caixa do Tesouro dando prejuízo ou tendo que ser subsidiada de alguma forma. São 90 estatais na primeira lista.

Isto faz parte do que o plano de Mailson da Nóbrega chama de "desregulamentação" da economia. Dentro deste tópico está a proposta de conversão da dívida brasileira em investimentos. Este programa também já está em curso e deve ser acelerado nos próximos meses.

Outra mudança que prevê o plano de ajuste interno é a desvalorização cambial com base no Índice de Preços por Atacado (IPA) e não mais pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) como vem sendo feito.

PROPOSTAS

Deficit Público: Ficar um pouco acima de quatro por cento do Produto Interno Bruto (PIB). A previsão era de que sem o corte

nos salários dos servidores e o fim dos empréstimos aos estados e municípios o déficit atingisse 7,5 por cento do PIB.

Crescimento da Economia: Em torno de quatro por cento este ano em relação ao ano passado. Percentual considerado otimista, mas que pode ser atingido caso as medidas econômicas adotadas deem certo.

Produto Interno Bruto: Ficar em Cz\$ 70 trilhões este ano.

Inflação: 600 por cento este ano. A projeção inicial era de 180 por cento, depois passou para 247 por cento e agora o Governo estabelece o número que espera ser o definitivo.

Salários: Do setor público, congelado por dois meses. Do setor privado, negociação livre com os patrões.

Preços: Aumento dos preços das tarifas públicas; de acordo com a inflação e, em alguns casos, um pouco acima. No setor privado, o máximo de liberação possível.

Privatização: Inicialmente 90 estatais serão privatizadas. Depois, uma nova lista será divulgada. A princípio serão privatizadas as estatais que anteriormente eram empresas privadas. Depois, as estatais "de origem" entrarão no processo.

Conversão: O processo de conversão da dívida externa em investimento já começou e a intenção é agilizar.

Câmbio: A desvalorização do cruzado em relação ao dólar será com base no Índice de Preços por Atacado (IPA) e não mais pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC).